

## ATA DA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO IPRESBS – 2026

Em vinte de março do ano de dois mil e vinte e seis, às 14h, na sede do IPRESBS em reunião presencial, teve início a 2ª Reunião Ordinária do Comitê de Investimentos. Na ocasião estiveram presentes os seguintes membros do Comitê: Clifford Jelinsky, Lucilene Zélia dos Santos, Marco Rodrigo Redlich e Marcos Gertler. Também participaram da reunião, os consultores da SMI Consultoria, Arthur e Rafael Demeneghi. Com o quórum formado, teve início a reunião com a seguinte pauta:

- 1- CENÁRIO ECONÔMICO
- 2- POSIÇÃO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS IPRESBS
- 3- DELIBERAÇÕES DE INVESTIMENTOS
- 4- ASSUNTOS DIVERSOS

### 1- CENÁRIO ECONÔMICO:

No último dia do mês de fevereiro, o mundo foi surpreendido por um ataque coordenado dos Estados Unidos e de Israel contra o Irã. Segundo o The Wall Street Journal, os serviços de inteligência israelenses e americanos vinham monitorando uma possível reunião entre altos líderes políticos e militares iranianos, considerada uma oportunidade estratégica para neutralizá-los simultaneamente. A motivação do ataque decorreu do insucesso das negociações com o Irã, que não teria demonstrado disposição para encerrar o enriquecimento de urânio nem para desmantelar seu programa de mísseis balísticos, levando à adoção de uma alternativa fora da via diplomática com o objetivo de enfraquecer o regime iraniano. O ataque resultou na morte do aiatolá Ali Khamenei, líder supremo do Irã e principal autoridade decisória do país, além de outras figuras políticas e militares relevantes. O episódio marca um ponto de inflexão na geopolítica do Oriente Médio e amplia as incertezas em torno da estabilidade da região. Nos dias seguintes, o conflito escalou rapidamente após medidas retaliatórias da Guarda Revolucionária do Irã contra países árabes do Golfo que abrigam bases americanas. Para os mercados, no entanto, o principal risco não está necessariamente no conflito em si, mas em seus potenciais efeitos sobre o fluxo global de energia, especialmente diante dos temores de interrupção no transporte de petróleo através do Estreito de Ormuz. Dadas essas circunstâncias, o Estreito de Ormuz assume papel central na dinâmica do conflito. Trata-se de uma das rotas marítimas mais importantes do mundo, localizada entre o Golfo Pérsico e o Golfo de Omã, com sua costa norte sob controle do Irã. Aproximadamente 20 milhões de barris de petróleo transitam diariamente pelo estreito, o equivalente a 20% da oferta mundial da commodity. Além disso, a região também é uma rota estratégica para o transporte de gás natural liquefeito (GNL), abastecendo principalmente Europa e Ásia. Com o início das hostilidades, o fluxo de navios que transportam petróleo bruto foi substancialmente reduzido. Diversas embarcações passaram a retornar aos portos de origem, alterar rotas ou permanecer ociosas nas proximidades da região, refletindo tanto o risco de ataques quanto a elevação expressiva dos prêmios de seguro marítimo. Um eventual bloqueio prolongado da passagem poderia provocar uma alta significativa nos preços do petróleo e nos custos de frete, pressionando os preços de energia e alimentando uma inflação global mais elevada. Do ponto de vista macroeconômico, choques relevantes nos preços do petróleo costumam se transmitir rapidamente para a inflação global. Esse tipo de movimento tende a elevar as expectativas inflacionárias no curto prazo e pode levar bancos centrais ao redor do mundo a adotarem uma postura mais cautelosa na condução da política monetária. Nesse cenário, aumentam as chances de manutenção de taxas de juros elevadas por mais tempo, caso os impactos inflacionários se mostrem persistentes. Para além da dimensão geopolítica, outro vetor importante para a economia global tem sido a política comercial dos Estados Unidos. Desde o primeiro mandato do presidente Donald Trump, sua política tarifária vem gerando incerteza nas



relações comerciais internacionais. Durante seu segundo mandato, a intensidade dessas medidas ganhou ainda mais relevância, provocando disrupções nas cadeias de comércio de diversos países. Em 2 de abril de 2025, Trump anunciou a aplicação de tarifas universais e recíprocas sobre uma ampla gama de países, no evento que ficou conhecido como “Liberation Day”. A decisão desencadeou uma corrida global por negociações comerciais com os Estados Unidos, adicionando novas camadas de incerteza ao comércio internacional. O instrumento utilizado para impor parte dessas tarifas foi a International Emergency Economic Powers Act (IEEPA). O argumento da administração americana foi o de que o déficit comercial dos Estados Unidos representaria uma emergência de segurança nacional, o que permitiria a imposição de tarifas sem aprovação do Congresso. A IEEPA tornou-se, assim, um instrumento relevante de negociação comercial, conferindo maior agilidade e poder de barganha ao governo americano. No entanto, no mês de fevereiro, a Suprema Corte dos Estados Unidos entendeu que Trump extrapolou suas prerrogativas ao utilizar a IEEPA para instituir tarifas sem consulta prévia ao Congresso. A decisão anulou todas as tarifas impostas por meio desse instrumento, reduzindo a taxa tarifária efetiva média. Logo após a decisão judicial, Trump anunciou uma nova tarifa global de 15% com duração de 150 dias, desta vez baseada na Seção 122 da lei de comércio dos Estados Unidos. Segundo estimativas da Wharton School, essa medida deverá majorar novamente as tarifas para níveis historicamente elevados. Nossa avaliação é que a política tarifária americana continuará sendo implementada por meio de diferentes instrumentos legais, mantendo um ambiente de incerteza nas relações comerciais internacionais. A mudança no regime tarifário traz impactos positivos para alguns países que estavam sobretaxados pela IEEPA. Observam-se reduções tarifárias relevantes principalmente sobre o Brasil, China e Índia, uma vez que a Seção 122 substituiu alíquotas específicas que eram significativamente mais elevadas. A decisão também abriu espaço para pedidos de reembolso por parte das empresas afetadas. As estimativas de arrecadação tarifária associadas à IEEPA somam cerca de USD 170 bilhões, valor que poderá ser alvo de solicitações de ressarcimento ao longo dos próximos meses. No entanto, segundo o Goldman Sachs, o maior banco de investimentos do mundo, o impacto desses reembolsos tende a ser limitado, e as empresas provavelmente não reduzirão os preços de forma significativa em resposta à queda das tarifas. Além das incertezas relacionadas ao comércio internacional, a economia americana também enfrentou desafios domésticos relevantes no período recente. No final do ano passado ocorreu a paralisação do governo federal (“shutdown”) causada por um déficit de financiamento dos Estados Unidos, que durou entre 1º de outubro e 12 de novembro. A principal preocupação naquele momento estava relacionada aos possíveis impactos sobre o crescimento econômico do último trimestre do ano. Em fevereiro, o Departamento de Comércio dos Estados Unidos divulgou a leitura do PIB, evidenciando que o shutdown teve impacto relevante ao reduzir a contribuição dos gastos governamentais e desacelerar o ritmo de expansão da economia americana. O PIB dos Estados Unidos cresceu 1,4% no quarto trimestre de 2025, leitura abaixo das expectativas do mercado. Parte dessa desaceleração está diretamente associada ao shutdown, que afetou os servidores públicos e interrompeu temporariamente compras governamentais. A expectativa é de que esse efeito seja revertido na leitura do PIB do primeiro trimestre de 2026, com a normalização das atividades do setor público. Desconsiderando esse fator temporário, as medidas subjacentes do PIB seguem apresentando dinâmica relativamente positiva. O consumo permanece resiliente, sustentado principalmente pelos gastos das famílias de maior renda, enquanto os investimentos continuam sendo impulsionados pelos elevados dispêndios em infraestrutura de inteligência artificial realizados por grandes empresas de tecnologia. Em paralelo a esse ambiente de incerteza global, observamos ao longo dos últimos meses um movimento relevante de desvalorização do dólar, acompanhado pela saída de investidores de ativos americanos. Esse movimento tem beneficiado de forma relevante os mercados emergentes, incluindo o mercado acionário brasileiro, por meio de forte entrada de capital estrangeiro. Investidores



globais têm buscado maior diversificação geográfica em um ambiente de maior incerteza em relação à economia americana. Esse fluxo também tem sido direcionado para economias com maior exposição a commodities, como é o caso do Brasil. Como o mercado brasileiro é relativamente pequeno em comparação ao mercado americano, mesmo movimentos moderados de fluxo podem gerar impactos significativos sobre o desempenho dos ativos locais. A continuidade desse movimento impactou positivamente a bolsa de valores brasileira no mês de fevereiro. Enquanto o fluxo estrangeiro permanecer favorável para mercados emergentes, os ativos brasileiros tendem a continuar se beneficiando. No caso brasileiro, o enfraquecimento do dólar também tem contribuído para um ambiente mais favorável para a inflação. A leitura do IPCA de janeiro não trouxe surpresas relevantes, com o principal impacto altista concentrado no subitem combustíveis em função da elevação do ICMS. Em fevereiro, a divulgação do IPCA-15 veio acima das expectativas do mercado. No entanto, parte relevante desse movimento pode ser explicada por fatores sazonais, como o início do ano letivo, reajustes de passagens aéreas e aumentos nas tarifas de transporte público urbano. De forma geral, os índices correntes e as expectativas de inflação vêm apresentando uma dinâmica mais favorável, convergindo gradualmente em direção à meta. Esse processo tem fortalecido a confiança do Banco Central do Brasil para iniciar um ciclo de cortes de juros nas próximas reuniões do Comitê de Política Monetária. As expectativas de melhora da inflação e a sinalização de início do ciclo de cortes de juros foram fundamentais para aliviar a curva de juros brasileira no mês. Como consequência, os índices de renda fixa prefixados e indexados à inflação apresentaram desempenho positivo no período. Ainda assim, as incertezas adicionais no cenário global adicionam uma camada extra de risco que tende a limitar movimentos adicionais de fechamento da curva de juros, principalmente nos vértices mais curtos. Ainda assim, o ponto central para os investidores segue sendo a evolução do conflito no Oriente Médio e seus potenciais impactos sobre os preços de energia. Caso o preço do petróleo permaneça elevado por um período prolongado, os efeitos inflacionários podem levar o Banco Central a adotar uma postura mais cautelosa ao longo do ciclo de flexibilização monetária

|

## 2- POSIÇÃO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS IPRESBS:

A carteira de investimentos do Instituto teve no mês de fevereiro um retorno acumulado no ano de R\$ 14.091.944,29. A rentabilidade acumulada no ano é de 2,13% frente à meta atuarial de 1,86%.

|

## 3- ASSUNTOS DIVERSOS:

Não houveram outros assuntos a serem tratados.

|

## 4- DELIBERAÇÕES DE INVESTIMENTOS E MOVIMENTAÇÕES DO MÊS ANTERIOR:

Foram informadas pela assessoria de investimentos as seguintes recomendações: Sem alterações. Novos recursos recomendamos que sejam alocados em fundos CDI 100% Títulos Públicos. Destaque do Radar: Caixa Topázio Corporativo Referenciado 11.061.230/0001-87 (Tx de adm. 0,10% a.a.). Resgate total dos fundos Caixa FIC FIA Multigestor 30.068.224/0001-04 e Itaú FIC FIA Momento 30 II 42.318.981/0001-60, alocando nos fundos: Caixa Topázio Corporativo Referenciado 11.061.230/0001-87 e Itaú FIC Soberano Simples Renda Fixa 06.175.696/0001-73. Encaminhar Avaliação Atuarial para Atualização do ALM. Os valores resgatados para pagamentos de despesas e os créditos da Compensação Financeira, contribuições dos servidores, cota patronal e déficit são movimentados nos fundos DI em carteira, com o qual os membros do comitê estiveram de acordo.

APLICAÇÕES		
13/02/26	1.930.000,00	Caixa Brasil Títulos Públicos
19/02/26	9.150.000,00	Caixa Brasil Títulos Públicos
24/02/26	7.002.856,90	NTN-B 15/08/2040 (Compra em 24/02/2026 Tx 7.2580)





## PARECER DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS

### COMPETÊNCIA: DEZEMBRO – 2025 / JANEIRO-FEVEREIRO – 2026

Considerando os artigos 132-A, 132-B e 132-C da Lei Municipal nº 1718/2006, que trata das competências do Comitê de Investimentos;

Considerando o Manual do Pró-Gestão RPPS na versão 4.0, em seu pilar de Governança Corporativa, item 3.2.6 Nível I, que trata da Política de Investimentos e competências do Comitê de Investimentos;

Considerando que o Comitê de Investimentos do IPRESBS é um órgão colegiado, que tem por atribuição específica participar do processo decisório de formulação e execução da Política de Investimentos, tendo seus requisitos básicos de instituição e funcionamento estabelecidos na Seção I do Capítulo 5 da Portaria/MPS 1467/22 e na legislação municipal, tem desempenhado papel fundamental atendendo aos requisitos de qualificação, padrões éticos de conduta e autonomia nas decisões;

Considerando que as decisões do Comitê de Investimentos do IPRESBS têm respaldo da empresa SMI CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS devidamente qualificada e credenciada para dar suporte de assessoramento das estratégias para que as necessidades atuariais do Instituto sejam alcançadas de acordo com os prazos estabelecidos, respeitando os princípios de segurança, legalidade, liquidez e eficiência, através de Relatório de Gestão de Investimentos emitido pela SMI CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS;

O Comitê de Investimentos, diante do exposto nos dados apresentados pelo Relatório de Gestão de Investimentos dos meses de Dezembro de 2025, Janeiro e Fevereiro de 2026, emite parecer favorável quanto à execução da Política de Investimentos 2025/2026, bem como das movimentações dos recursos desta autarquia. Portanto encaminha-se este parecer com análise favorável para avaliação e aprovação do Conselho Fiscal do IPRESBS.

São Bento do Sul, 20 de março de 2026.

MEMBROS	ASSINATURA
<b>Clifford Jelinsky</b> – <i>Diretor Presidente do IPRESBS e membro do Comitê de Investimentos</i>	
<b>Lucilene Zélia dos Santos</b> – <i>Diretora Financeira do IPRESBS e membro do Comitê de Investimentos</i>	
<b>Marco Rodrigo Redlich</b> – <i>Membro do Comitê de Investimentos</i>	
<b>Marcos Gertler</b> – <i>Membro do Comitê de Investimentos</i>	

